

## FORMAS DA SOCIOLOGIA: ANÁLISE DE MANUAIS DE SOCIOLOGIA EM DUAS REALIDADES BRASILEIRAS

Cauana Candido Pereira da Silva (PIC//UEM), Hilton Costa (Orientador), e-mail: hcosta@uem.br

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Humanas, Letras e Artes/Maringá, PR.

### Sociologia, Outras Sociologias Específicas.

**Palavras-chave:** Sociologia, Ensino Médio, Material Didático.

### Resumo:

As Ciências Humanas são compreendidas pelo conjunto de disciplinas que estudam a relação indivíduos e sociedade, como e por que o mundo se transformou no que é. Contudo, há certo descrédito com a área, o que pode ser atribuído ao fato em que elas não resultam em mercadorias imediatamente comercializáveis, elas visam desenvolver, em geral, técnicas, capacidade de pensamento e reflexão. Dessa maneira, percebe-se que na matriz escolar do Ensino Médio as Ciências Exatas têm um espaço bem maior na comparação com as Ciências Humanas. Até o presente o momento, a Sociologia se mantém como disciplina no Ensino Médio, e como as demais disciplinas têm seus conteúdos orientados pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* seguidos pelas *Diretrizes Estaduais*. Tais orientações devem ser observadas e seguidas tanto pela rede pública de ensino quanto pela rede privada, todavia, essa ideia de padronização do ensino, não resulta ensino de Sociologia monolítico. Destarte, a observação feita nos manuais de Sociologia utilizados no Paraná e em São Paulo, na rede pública e na rede privada respectivamente, aponta nessa direção. Dado o exposto, para a presente pesquisa, tomou-se por base o material didático utilizado em duas instituições de ensino de Estados diferentes, com o objetivo central de analisar as semelhanças e dessemelhanças entre os conteúdos apresentados em cada material, almejando localizar as formas da Sociologia no Ensino Médio.

### Introdução

A Sociologia nasceu no seio de uma crise gerada pela Revolução Industrial (1760) no campo econômico, pela Revolução Francesa (1789) no campo político e social, pela nova visão de mundo implementada pelo capitalismo. Portanto, neste sentido, podemos considerá-la como uma ciência relativamente nova, formada pela preocupação de estudar a sociedade a partir de critérios científicos. No Brasil, segundo Simone Meucci, em seu livro: *Institucionalização da Sociologia no Brasil: Primeiros manuais e cursos*, o primeiro registro que expressa um vago interesse pela institucionalização

da Sociologia no currículo secundário é em 1882. No entanto, o surgimento da Sociologia no ensino secundário, teve início a partir das décadas de 1920 e 1930, quando os estudiosos dessa área debruçaram em busca do entendimento da formação da sociedade brasileira. Todavia, em 1964, implanta-se o Regime Militar com o Golpe de Estado e devido a isso, ocorrem várias repressões e intervenções no ensino de Sociologia, onde a mesma, em 1971 foi retirada da matriz curricular do ensino e substituída por Educação Moral e Cívica. Contudo, após quase quarenta anos, ao final do Regime Militar e com a redemocratização do país, a disciplina foi retornando aos poucos nos currículos escolares, de forma restrita e localizada, afinal, é sabido que tal teve grandes avanços e retrocessos em sua jornada.

Dessa maneira, cabe evidenciar que em 2001, o então Presidente da República, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, vetou o Projeto de Lei 09/2000 que estabelecia o retorno da Sociologia no ensino médio. Sem embargo, em 2006, o Parecer nº 38 do Conselho Nacional de Educação (CNE), com base em uma nova interpretação da Lei nº 9.394, estabeleceu as *Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (LDB) e consagrou novamente essa obrigatoriedade, não definindo, porém, em que séries isso deveria ocorrer. Apesar disso, apenas em 2008, foi determinado pela Lei nº 11.684, a qual alterou o artigo 36 da LDB que previa apenas que propiciassem ao aluno, nos currículos de ensino médio, o domínio do conhecimento de Sociologia.

Tendo em vista o que fora mencionado, no Brasil, especialmente em 1929, começou a repercutir as primeiras ideias sobre o livro didático, com a criação do Instituto Nacional do Livro (INL), o qual seria criado para legitimar o livro didático nacional e auxiliar na sua produção. Com isso, Simone Meucci, afirma que o processo de nacionalização dos livros didáticos no Brasil obteve repercussão nos mais variados campos de conhecimento (MEUCCI, 2011, p. 29). Contudo, apenas em 1930, há o aparecimento do primeiro conjunto significado de materiais didáticos de Sociologia, na mesma época em os editores investiram em publicações de obras didáticas. Entretanto, em 1938, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, sugeriu a criação de um decreto-lei que regulasse a elaboração dos livros didáticos, de forma a controlar as informações contidas nos mesmos, as quais iriam circular dentro das escolas. Dessa forma, é nítido que muitas configurações foram experimentadas por vários governos, para que o livro didático chegasse às salas de aula, mas, somente com a extinção da Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) em 1997, e com a transferência integral da política de execução do Programa Nacional do Livro Didático<sup>1</sup> (PNLD) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação<sup>2</sup> (FNDE) é que se iniciou uma produção e distribuição contínua e massiva de livros didáticos. Todavia, após quase quarenta anos do retorno da Sociologia, a grade curricular do Ensino Médio fez com que fosse preciso definir novamente os conteúdos abordados sob os instrumentos reguladores do PNLD, para a rede pública e

<sup>1</sup> O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) foi criado em 1985.

<sup>2</sup> O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) foi criado em 1968.

dos *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio* (PCNEM) para a rede pública e privada, seguidos das diretrizes estaduais. Por esses motivos, ao analisar brevemente a situação citada, pode-se remeter a ideia de uma padronização do ensino da disciplina uma vez que tais regulamentações valem tanto para a rede pública quanto privada. Contudo, por mais que se existam as normas reguladoras mencionadas para a organização do material didático, é possível perceber que há variações entre um e outro, o que remete no objetivo do presente trabalho.

## **Materiais e métodos**

É de conhecimento geral que muitas configurações foram experimentadas por vários governos, para que os manuais didáticos chegassem às salas de aula e atualmente, percebemos que nas escolas de Educação Básica os principais materiais de apoio consistem nos livros didáticos e nas apostilas. Ambos, inclusive, se fazem decisivos para que o docente ou a docente otimize a aula, com planejamento, definições de metas e de exercícios, porém o material apostilado é um dos recursos mais utilizados pelos grandes sistemas de ensino privado. Portanto, nesta pesquisa exploratória, tomam-se como objetos de pesquisa, dois manuais didáticos, sendo um livro denominado: *Sociologia*, utilizado na rede pública estadual de Maringá (PR) e outro que consiste em quatro apostilas, intituladas: *Caderno do Aluno*, adotada em uma escola particular de Brotas (SP).

## **Resultados e Discussão**

Levando em consideração os aspectos mencionados, é perceptível que ambos os materiais trazem quase todos os conteúdos (e temas) a serem apresentados pelo PCNEM, podendo também trazer algo a mais para complementar o estudo em questão. Dessa forma, cabe evidenciar que diretamente não encontramos alguns assuntos citados pelo PCNEM, entretanto, não é descartada a possibilidade que o mesmo esteja diluído em outros assuntos. De modo a ser viável argumentar que determinados assuntos, em ambos os materiais, estão sendo abordados de maneira pontual deslocado de um contexto. Ao compararmos ambos os materiais, percebemos que as apostilas se mostram uma maneira mais enxuta dos conteúdos desenvolvidos ao longo do Ensino Médio, o que pode acarretar em lacunas difíceis de suprir. Além do mais, no material apostilado é preciso de mais aperfeiçoamento do professor na organização de sua aula, para a realização de “pontes” com o mundo do aluno. No livro didático quanto nas apostilas, há exercícios direcionados para os vestibulares (mesmo que estes sejam voltados para exames diferentes), entretanto, a apostila faz mais referências aos concursos vestibulares, o que remete a um tipo de condicionamento para esse tipo de exame, hipótese que pode ser trabalhada em outra pesquisa.

## **Conclusões**

Analisando as semelhanças e dessemelhanças dos materiais didáticos, é compreensível que ambos os objetos da pesquisa se fazem semelhantes em conteúdos apresentados pelo PCN's e PCNEM, todavia, se diferem em sua abordagem. Na análise feita é revelado que os materiais didáticos não possuem diferenças significativas no que diz respeito aos conteúdos apresentados e apesar de possuírem algumas divergências quanto à metodologia empregada, as dessemelhanças mais expressivas são na estrutura do material e nos objetivos do ensino. Mencionado isso, podemos concluir também que as apostilas apresentam o conteúdo de maneira concisa, sem muitos textos explicativos e sem muitas representações do contexto exterior da escola, ou seja, sem muito aprofundamento do conteúdo. Dessa maneira, podemos pensar que as mesmas utilizam de ferramentas voltadas para o foco dos estudantes nos concursos vestibulares e condicionam os alunos para o Ensino Superior, contudo, isso é uma hipótese que poderá ser trabalhada em outros estudos. Por sua vez, o livro didático, além de apresentar mais claro os conteúdos expostos pelo PCNEM, expõe uma linguagem e a argumentação que evocam a contextualização e a resolução de problemas, metodologias que potencializam as competências e habilidades visadas pelo mercado de trabalho, as quais com que o PCN's opera. Contudo, podemos apontar que ambos os materiais não estão totalmente “completos” sobre os conteúdos propostos e a inserção de dados por parte do ou da docente é uma realidade.

## Referências

MEUCCI, Simone. (2011). *Institucionalização da sociologia no Brasil: primeiros manuais e cursos*. São Paulo: Hucitec: Fapesp.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em 15/05/2020.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Lei nº 11.684/08 de 02 de junho de 2008, altera o art. 36 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Filosofia e Sociologia no Ensino Médio*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12768-filosofia-e-sociologia-no-ensino-medio-sp-1870990710>. Acesso em 15/05/2020.

MOTTA, Carlos E. de S. (2001). *Indústria Cultural e o Sistema Apostilado: A Lógica do Capitalismo*. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 54, agosto/2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v21n54/5272.pdf>. Acesso em 14/05/2020.

TOMAZINI, Daniela A.; GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca. (2004). *Sociologia no Ensino Médio: Historicidade e Perspectivas da Sociedade. Relatório de Pesquisa*. In: CARVALHO, L. M. G. De. (2004). *Sociologia e Ensino em debate. Experiências e Discussão de Sociologia no Ensino Médio*. Ijuí, Ed. Unijuí, 2004, pp.197-218.